

BANALIDADE DO MAL NA MODERNIDADE: CORPOS E MENTES DÓCEIS ADAPTADOS À BUROCRACIA MODERNA

Geovanna Arrais Lopes*

Resumo: O estudo realizado parte da tese levantada por Hannah Arendt de que a banalização do mal, especialmente no contexto do Holocausto, representa um dos maiores problemas ocasionados pela racionalização e burocratização da vida como um dos traços mais evidentes dos tempos modernos. A busca da eficácia, a aplicação da técnica, a obediência a regras no intuito de alcançar um determinado objetivo e a promoção de uma sociedade organizada racionalmente de forma semelhante à dinâmica da linha de produção das fábricas no contexto da Revolução Industrial são as marcas da existência moderna excessivamente mergulhada na eficácia e na obtenção de resultados a qualquer preço em detrimento da preocupação com os juízos morais que possam vir a ser feitos em relação às ações praticadas. Na modernidade a eficácia está acima de qualquer julgamento moral. Representa na verdade uma nova "moral" a do sucesso, da ação bem sucedida, da obediência às normas que permitem trilhar o caminho que conduz ao maior objetivo do homem moderno: o surgimento e manutenção de uma sociedade regida pela razão, pela civilidade e pelos princípios da ciência como afirma Bauman na obra: *Modernidade e Holocausto*.

Palavras-chave: Modernidade. Holocausto. Hannah Arendt. Bauman. Nietzsche.

Abstract: The study of the theory raised by Hannah Arendt that the banality of evil, especially in the context of the Holocaust, is one of the biggest problems caused by rationalization and bureaucratization of life as one of the most evident features of modern times. The search effectiveness, technique application, obedience to rules in order to achieve a certain goal and the promotion of a society organized rationally in a manner similar to the dynamics of the production line of factories in the context of the Industrial Revolution are the marks of existence modern overly steeped in effectiveness and achieving results at any cost at the expense of concern for the moral judgments that may be made in relation to actions taken. In modern times the efficiency is above any moral judgment. Is actually a new "moral" to the success of the successful action, obedience to rules that allow the path leading to the greater goal of modern man: the emergence and maintenance of a society governed by reason, civility and the principles of science as Bauman says in the work: *Modernity and the Holocaust*.

Keywords: Modernity. Holocaust. Hannah Arendt. Bauman. Nietzsche.

* Artigo científico apresentado como trabalho de conclusão ao curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação da Faculdade Alfredo Nasser no semestre letivo 2016/2, sob a orientação da Prof.^a(a). Ms Bruna Milene Ferreira.

Introdução

Ao defender o valor da vida ativa Hannah Arendt sinalizou para a importância da educação moral na construção de uma sociedade capaz de não apenas ser obediente, útil e eficaz, mas acima de tudo tornar-se responsável pelo que se faz calculando de forma consciente as consequências das ações. A autora alerta para os riscos da burocracia moderna liberar o indivíduo de seu compromisso moral para com os outros humanos que compõem juntamente com ele o extrato social, isto é exatamente o que Norbert Elias queria dizer com a ideia de que os indivíduos se constroem ao reconhecer no outro a sua própria humanidade, forjam sua individualidade no contato com o outro que o atravessa e marca com as suas influências e a sua história.

Nietzsche já defendia antes mesmo dos autores já mencionados a tese de que a modernidade emancipou o homem para o uso da razão e da técnica, para além das superstições da antiguidade e da Idade Média, no entanto foram adquiridos hábitos que impedem a construção do pensamento crítico e autônomo, uma vez que a razão moderna é meramente instrumental, usada tão somente para a compreensão das técnicas úteis à concretização da vida bem sucedida nos vários âmbitos da existência social moderna. Obter sucesso neste caso é simplesmente seguir regras, protocolos e não se manter no patamar do esclarecimento e da criticidade. A qualificação do técnico em detrimento da formação de intelectuais dá espaço para a sociedade de massa que abandona o espírito aristocrático do homem que anda por si só, que valoriza os talentos, a individualidade e abre caminho para a massificação dos indivíduos como cumpridores de seus deveres, funcionários e cidadãos dóceis, eficientes, úteis e absolutamente destituídos de senso crítico, com uma vontade meramente heterônoma, seguidora de comandos externos, escravizada pela obediência ao dever que não deriva, como diria Kant, do exercício da autonomia da vontade, livre por seguir uma norma que ela determina a si mesma como um Fato da Razão.

O sujeito verdadeiramente livre obedece às exigências da razão, jamais ao simples comando de seus superiores na hierarquia militar, laboral ou social. É antes de tudo um legislador universal capaz de medir as consequências de suas ações, alguém que vê o outro como fim e si, jamais como meio e é capaz de reconhecer a

humanidade que habita em cada indivíduo e respeitar todos os seres humanos independente de peculiaridades étnicas, econômicas ou de qualquer outra natureza. Somente uma educação moral emancipadora, capaz de libertar o homem de sua menoridade pode tornar este projeto possível.

1. Racionalidade burocrática moderna, Nazismo e a banalização do mal

O conceito de Banalidade do Mal ainda estudado por Hannah Arendt em sua obra *Eichmann em Jerusalém* (2016) desvenda de uma forma genial e ousada o julgamento de Eichmann, alemão responsável pela deportação dos judeus, tendo como função colocar o maior número de judeus nos vagões para que fossem levados aos campos de concentrações para serem exterminados.

O livro surge da necessidade de procurar entender a situação em que Eichmann se encontrava, já que integrava o partido nazista comandado por Hitler e tinha o dever de obedecer às ordens sem questionamentos. Porém esse “dever” era composto de ameaças físicas tanto para ele quanto para sua família, interpreta-se que não se sujeitava apenas a honrar a pátria, nesse aspecto ele era igualado aos judeus que se não cumprissem seu dever teria sua vida entregue às mãos de Hitler, fazendo com ele o mesmo que faria com qualquer inimigo.

Em seu julgamento, Eichmann não teve como fugir de sua condenação, a sentença de morte, mesmo tendo que agir sobre uma lógica mais que demasiadamente humana, empenhando-se pelo que ele acreditava ser o seu dever, cumprindo ordens de seus superiores e apostando em sua excelência profissional.

Para Hannah Arendt (2016, p. 33):

A atitude de Eichmann era diferente. Em primeiro lugar, a acusação de assassinato estava errada: “Com o assassinato dos judeus não tive nada a ver. Nunca matei um judeu, nem um não-judeu — nunca matei um ser humano. Nunca dei uma ordem para matar fosse um judeu fosse um não-judeu; simplesmente não fiz isso”, ou, conforme confirmaria depois: “Acontece [...] que nenhuma vez eu fiz isso” — pois não deixou nenhuma dúvida de que teria matado o próprio pai se houvesse recebido ordem nesse sentido.

Ao entender a análise de Arendt (2016), observa-se que ela não menosprezava o horror que foi o Holocausto, pelo contrário passou a ter ainda mais vontade de mostrar que esse tipo de experiência ainda poderia acontecer na atualidade mesmo diante de uma sociedade considerada racional e civilizada. O processor civilizador sempre representou a necessidade de massacrar toda cultura

que é sinônimo de atraso e selvageria em nome da imposição dos valores do mundo ocidental racional e civilizado. Esta também é a lógica nazista decidida a exterminar os inimigos vistos como empecilho para a harmonia social simbolizada pela raça ariana superior e próspera. Mesmo a ciência evoluiu à custa da morte de inúmeras pessoas e animais utilizados como cobaias em experimentos em nome da possibilidade de oferecer à humanidade vida longa e saudável.

Segundo a autora (2016) o conceito de banalidade do mal está ligado à obediência cega de alguém que não possui individualidade, pensamento crítico, que não reflete sobre as consequências de suas ações, tem a ver com o dever no sentido do não questionamento e da falta de cálculo em relação às consequências de uma ação. Pessoas que acreditam que o processo civilizador social depende da obediência total ao comando de outrem correm um sério risco de participar das maiores atrocidades possíveis cometidas contra a humanidade devido à perda da capacidade de questionar tal ordem. Este raciocínio mostra que o holocausto não foi uma experiência decorrente de mentes doentias, desequilibradas, pelo contrário teve toda a organização possível para que pudesse ser consumado com eficácia, como tudo aquilo típico da modernidade.

O primeiro ponto a ser considerado é a perda do pensamento crítico, que impede as pessoas de pensarem sozinhas e diferente uma das outras, retirando a individualidade e colocando-as apenas para cumprir ordens, obedecer a seus superiores. O que faz essa obediência ser cega é justamente estar dentro de um sistema autoritário que comanda os indivíduos que simplesmente prestam obediência e não têm que lidar com dramas morais, porque simplesmente fizeram o que deveria ser feito, não por escolha própria, mas em nome de um sistema maior que suprime qualquer possibilidade de existir individualmente, o que torna as pessoas medíocres psicologicamente por serem apenas o reflexo da ordem estabelecida.

Com isso a modernidade cria uma nova moral, pois no passado com Aristóteles os primeiros moralistas da filosofia viam as virtudes de modo completamente diferente, por exemplo, a generosidade, a benevolência, a justiça e a coragem eram qualidades indispensáveis para a manutenção da existência social. Na moral moderna o dever, a disciplina, a lealdade militar e a eficiência estão acima de qualquer valor solidário. A ética aristotélica se mostra muito mais preocupada

com os valores humanos, quando se fala em justiça, generosidade, os outros são levados em conta, isto vai além do cumprimento atual da burocracia fria presente nas relações humanas. Tudo isso para esclarecer que mesmo sendo pessoas comuns, todo esse extermínio só foi possível porque havia todo um preparo anterior para que as pessoas envolvidas pensassem e agissem friamente, retirando delas o sentimento de culpa.

Bauman (1998) fala que se pessoas como essas se submetessem a testes de sanidade mental iriam passar sem nenhum problema, pois não se tratava de gente com distúrbios mentais, pelo contrário, estavam em seu perfeito juízo, dotados de lucidez e provavelmente fariam a mesma coisa novamente em respeito à eficácia necessária para atingir a meta da conquista de uma sociedade saudável, superior, organizada e disciplinada.

Quanto a isso Hannah Arendt (2016, p. 299) afirma que:

Ligado de perto a esse fracasso estava o conspícuo desamparo que os juizes experimentaram quando se viram confrontados com a tarefa de que menos podiam escapar, a tarefa de entender o criminoso que tinham vindo julgar. Evidentemente não bastava que não acompanhassem a acusação em sua descrição obviamente errada do acusado como um “sádico pervertido”, nem teria bastado que fossem um passo à frente e demonstrassem a incoerência do argumento da acusação, segundo o qual o sr. Hausner queria julgar o monstro mais anormal que o mundo já vira e, ao mesmo tempo, julgar nele “muitos outros como ele”, até mesmo “todo o movimento nazista e o antisemitismo em geral”. Eles sabiam, é claro, que teria sido realmente muito reconfortante acreditar que Eichmann era um monstro; se assim fosse, a acusação de Israel contra ele teria soçobrado ou, no mínimo, perdido todo interesse.

Outro fator que contribui para a concretização da violência cometida durante o nazismo é chamado de desumanização daqueles que representavam os inimigos do terceiro Reich. Quando o nazismo tomou a Alemanha, os judeus não foram exterminados logo de cara, a primeira coisa a ser feita era a segregação. Eles foram mandados para guetos fora do território alemão sempre com a vigilância nazista por perto, isso era uma forma de levar a população alemã a não questionar o que faziam e a não se solidarizar com os judeus pelo fato de não serem mais parte integrante de sua vizinhança.

Bauman (1998) afirma que quando um grupo é isolado as pessoas não nutrem interesse de querer saber como estão, acontece o contrário, o que acarreta o esquecimento. Se os judeus não vivessem no mesmo território que os alemães, se tornariam um personagem imaginário e não um ser humano real que é como o outro,

sofre e tem seus problemas compartilhados, para assim não nutrir nenhum sentimento gerando uma grande indiferença. Assim os judeus deixaram de ser vistos como seres humanos.

Dentro de cada gueto desses tinha um Conselho Judaico, um grupo de pessoas pertencentes às elites que negociava com os nazistas a vida dos judeus desfavorecidos na tentativa de poupar a própria vida e a daqueles que desejavam proteger. Os líderes entregavam os vulneráveis, (crianças, idosos, deficientes) economicamente mal sucedidos para a preservação da própria integridade.

Muitos filmes eram produzidos na época para colocar o povo judaico como seres asquerosos, comparando-os com ratos, que só queriam explorar os alemães, egoístas, mesquinhos e avarentos. Muitas propagandas eram feitas no intuito de menosprezar e tirar o valor dessa população, nutrindo assim o antissemitismo, o ódio aos judeus. As propagandas só deram certo porque ambas as partes foram separadas e o imaginário dos alemães foi construído e comandado a maneira de Hitler, levando o povo judeu a ter o mais profundo desprezo dos alemães, fomentando o ódio e a violência.

O terceiro aspecto a ser explorado é a chamada burocracia moderna, novamente Bauman (1998) afirma que o nazismo só poderia se firmar na modernidade, especialmente no século XX.

Segundo o autor (1998) a ideia de burocracia rege a modernidade, é torna possível o funcionamento das fábricas, sendo que um traço muito forte da modernidade foi a revolução industrial e a burocracia é muito empregada nas indústrias até hoje, seu lema é o do sucesso, da eficácia, da produção em menor tempo, produzindo ao máximo e com poucos recursos, por isso o capitalismo está tão relacionado à burocracia, pensar os meios de produção sem ter que empregar grandes recursos para que o lucro seja ainda maior, trazendo ganhos lucrativos para a empresa. Da mesma forma o nazismo adotou esta lógica, o extermínio se baseava na divisão de tarefas como se fosse uma empresa apta a agir de acordo com os comandos do chefe no intuito da obtenção da máxima eficácia para atingir sua meta: o assassinato em massa de seus inimigos.

A fragmentação das tarefas na época dos nazistas por um lado se deu pela participação dos líderes judeus juntamente com a sua polícia responsável por invadir as casas de muitos judeus moradores dos guetos e entregá-los para que fossem

encaminhados para os campos de concentração ou trabalhos forçados, esses líderes sabiam que algo de ruim os esperava. Portanto, os próprios judeus ajudavam os alemães na tentativa de poupar as suas vidas, e na maioria das vezes essas capturas ou abordagens não necessitavam do uso da força física para conter essas pessoas, era preciso apenas chantagear, ameaçando-as para que os outros judeus fossem entregues. No fundo os nazistas não estavam dispostos a poupar a vida de quem entregava seus pares a eles, mas esta era a melhor alternativa para convencê-los a agir assim sem grande emprego de força física. Até porque se o nazismo tivesse que usar a violência o tempo todo contra tantos judeus não teriam soldados e nem armas suficientes para dar conta de tantas pessoas, e essa ação chamaria a atenção dos alemães e de outras nações que poderiam interferir.

O assustador de se pensar é que os próprios judeus chegando aos campos de concentração faziam todo o trabalho por lá, pessoas judias recebiam os que chegavam, recolhiam os seus pertencem, outros mais eram responsáveis por abastecer as câmaras de gás com produtos químicos, alguns eram obrigados a tirar os corpos de quem morria e enterrá-los, sendo que a grande maioria era incinerada. O engano dessas pessoas era acreditar que se eles obedecessem e fizessem o que era mandado teriam as suas vidas poupadas. A mentira era o mais intrigante, pois o próprio Hitler deixava bem claro que não queria que nenhum judeu sobrevivesse a essa experiência, primeiro morreriam os mais fracos entregues por seus líderes e depois a elite já isolada e enfraquecida acabaria sucumbindo também.

Nesse aspecto Bauman (1998) afirma que o incrível é perceber a racionalidade que todo esse processo de burocracia racional conseguiu alcançar em uma época moderna na qual até mesmo a forma de fazer a guerra e exterminar pessoas não pode ocorrer de forma bárbara, selvagem como no passado, no tempo em que a população saía enfurecida pelas ruas e aconteciam os linchamentos, isso não combina com a modernidade, que até para ser cruel deve usar a razão e a civilidade. O Nazismo exterminou de maneira eficaz o maior número possível de judeus em pouco tempo, de forma rápida, ágil e “limpa”, queimando os corpos. Justamente em conformidade com a limpeza e organização típicas da modernidade. É uma linha de montagem mortífera, que não tinha como objetivo produzir mercadorias, mas a consumação do extermínio de inúmeras pessoas.

É a mesma meta das empresas e indústrias, usar a eficácia para produzir ao máximo, em um curto espaço de tempo, utilizando um grupo de colaboradores movidos pela divisão do trabalho, cada um exercendo seu trabalho por etapas, sendo que esses funcionários são levados a se portarem de uma forma mais fria, ambiciosa, competitivo e calculista. Nas empresas os indivíduos estão muito mais ligados ao conhecimento técnico, alguém que presta obediência às regras do ambiente empresarial, o mesmo aconteceu com os colaboradores do Nazismo, militares que teriam que seguir regras a todo tempo, serem muito mais técnicos do que morais, sendo que a técnica já lembra a frieza e neutralidade da ciência, do ambiente industrial que não combina nenhum pouco com a moral solidária.

Bauman (1998) chama a atenção para a valorização excessiva da técnica, da ciência em detrimento das questões morais com a valorização de quesitos já citados acima, o que fica é aquela ideia da sensação de que vale tudo em nome da ciência, da eficácia, de atingir determinado resultado. No caso de Hitler o resultado era justamente o que os Nazistas chamam de solução final, o extermínio de todos os judeus da Alemanha passando pela Europa e se alastrando pelo mundo, ele mesmo falava que estava no poder para prestar um grande serviço à humanidade: a erradicação dos judeus da face da terra.

Para Hannah Arendt (2016) isso permite perceber que quando não se tem consciência de tudo o que se passa no processo da produção (ou eliminação no caso dos judeus), quando não se participa do processo como um todo, isso acaba esvaziando as pessoas do sentimento de solidariedade, por exemplo, uma pessoa participando só do transporte, outra só da captura dos judeus, não sabe exatamente o que ocorre nos campos de concentração, até porque o Nazismo fazia com que inclusive as vítimas colaborassem, em nenhum momento elas sabiam que estavam indo para uma câmara de gás, eles falavam em salas de banho, e chegando lá automaticamente eram exterminadas, e qualquer um que estivesse dentro desses campos trabalhando e resolvesse alertar alguém seriam mortos de forma sumária. Esta trama funesta era acima de tudo um segredo de Estado.

Percebe-se que as mentiras ou a omissão levaram muita gente a prestar obediência, não era apenas uma questão de temer pela própria vida, e sim acreditar que por mais que estivesse acontecendo algo ruim, as pessoas não tinham total consciência do que se passava até a chegada aos campos de extermínio.

2. A mentalidade de rebanho em Nietzsche e o projeto da educação aristocrática

Nietzsche (1998) concebe a modernidade como um movimento marcado pelas rupturas com as tradições herdadas, como o domínio da igreja católica comandando a nobreza e o clero, interferindo nas mais diversas culturas dos povos.

Além disso, havia uma sociedade que tinha como marca a razão, a metafísica e os valores morais, um povo que se preocupava com o crescimento do país, o mercado produtor era forte e eficaz e de fato gerava lucros advindos dos resultados do trabalho coletivo, essas ações em grupos eram bastante consideradas pelo povo, entre eles havia uma forte dependência mútua, o trabalho de um dependia da mão de obra do outro e assim sucessivamente.

O autor (1998) desvincula o pensamento moderno na medida em que as tradições vão ficando cada vez mais frágeis e sensíveis, a igreja começa a subestimar os dogmas e passa a dar crédito ao mercado de consumo, usando dos próprios produtos produzidos pela igreja para obter lucros através das vendas de mercadorias produzidas pelos sacerdotes. O Estado passa a responsabilidade de provedor para a sociedade civil, aquilo que antes era apenas atribuição do governo se torna também dever do cidadão e com o passar dos anos surge a divisão das esferas: pública e privada. Dando oportunidades para que o indivíduo se transforme em um povo e tenha seus direitos políticos efetivos teoricamente “iguais”, perante a lei adquirimos direitos, mas na realidade só aceitamos o que já foi aprovado.

A igreja até o século XIX valorizava a fé, a devoção, santidade e a humildade, características fundamentais no meio espiritual. Infelizmente esses valores foram corrompidos com o fortalecimento do mercado consumidor, surgindo assim a Teologia da Prosperidade, em que o benefício individual está acima do amor ao próximo, e as bênçãos financeiras são o principal desejo de Deus, sendo assim, a busca pela salvação foi substituída pela busca de uma vida material bem sucedida, com todo conforto e luxo que o mercado pode oferecer, e o consumidor pagar.

Segundo Nietzsche, (2008, p. 44), em sua obra *A Gaia Ciência*:

Caso o laço dos instintos, este laço conservador, não fosse de alguma maneira mais poderoso do que a consciência, e não desempenhasse, no conjunto, um papel de regulador, a humanidade sucumbiria fatalmente sob o peso dos seus juízos equivocados.

Um dos principais aspectos do ingresso na chamada Modernidade está ligada justamente ao distanciamento do homem em relação às crenças religiosas, e a aproximação do homem a medicina, aos recursos científicos como um meio de salvação, só que esse sentido de salvação se dá através da cura, e a medicina está como fator primordial na cura de uma enfermidade. Mais uma vez Nietzsche (2008) trás um conceito do que vêm a ser a Morte de Deus, uma metáfora para convencer que de fato ocorreu o ingresso no mundo moderno.

Na modernidade a mudança não se deu apenas no nível da fé, os relacionamentos duradouros perderam a sua importância, a conduta individualista das pessoas se afastou das tradições, no passado os projetos humanos eram mais resistentes e sólidos. O século XX surge como declínio deste conceito de solidificação mencionado por Bauman (2001, p. 8):

O que todas essas características dos fluidos mostram, em linguagem simples, é que os líquidos, diferentemente dos sólidos, não mantêm sua forma com facilidade. Os fluidos, por assim dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo. Enquanto os sólidos têm dimensões espaciais claras, mas neutralizam o impacto e, portanto, diminuem a significação do tempo (resistem efetivamente a seu fluxo ou o tornam irrelevante), os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la; assim, para eles, o que conta é o tempo, mais do que o espaço que lhes toca ocupar; espaço que, afinal, preenchem apenas “por momentos”. Em certo sentido, os sólidos suprimem o tempo; para os líquidos, ao contrário, o tempo é o que importa. Ao descrever os sólidos, podemos ignorar inteiramente o tempo; ao descrever os fluidos, deixar o tempo de fora seria um grave erro.

A modernidade torna-se evidente com a revolução científica e tecnológica, o avanço da robótica reconfigura toda a sociedade de produtores, o indivíduo que vivia para a confecção e produção de produtos manufaturados, passou a se interessar pela rotatividade do mercado consumidor e sua superficialidade corrompendo todos os valores adquiridos ao longo dos tempos.

Nas palavras de Bauman (2008, p. 38), em sua obra *Medo Líquido*:

Nas últimas décadas, o apetite consumista aumentou muito e chegou a um nível insustentável no longo prazo. Precisariamos dos recursos de três planetas Terra para sustentar esses níveis de consumo no mundo inteiro.

É possível afirmar que o homem contemporâneo vive imerso em incertezas, dúvidas e medos, gerando assim, fortes crises de identidade, uma delas está pautada no conceito de felicidade, hoje esse sentimento está mais ligado à realização dos desejos pessoais que são sanados apenas com a compulsividade do

mercado de consumo, e não mais as reuniões familiares, comemorações com amigos e outros, a individualidade é a marca do mundo pós-moderno, tudo é pensado e preparado para a satisfação própria, e ao mesmo tempo os indivíduos estão em uma teia de dependências mútuas, até porque o indivíduo não consegue viver isolado do meio.

Bourdieu (2002) vai ao encontro deste raciocínio quando afirma que as estruturas coletivas estão submersas em um grave programa de destruição e de formação de uma nova ordem justificada pelo indivíduo autônomo, cada vez mais autossuficiente, autorregulado e independente.

Com base nessa constatação as pessoas se mostram cada vez mais complexas e diferenciadas. O homem singular se transforma na mesma proporção em que o tempo avança, surgem novos problemas como a fragilidade das escolhas sensatas e sábias. O indivíduo hoje é levado a se tornar o único dono das suas escolhas, sem a interferência da opinião alheia para solucionar os problemas diários.

A realidade social e suas mudanças devem ser pensadas como alavancas de um movimento histórico contínuo, em que a sua direção não pode ser estabelecida por indivíduos isolados, necessita de uma ferramenta teórica que é justamente a civilização para o aprimoramento e desenvolvimento deste estudo.

O excesso de colaboração e obediência ao dever presentes no contexto do regime nazista conduzem à análise da chamada mentalidade de rebanho presente na obra nietzschiana como renúncia à capacidade de analisar os acontecimentos de forma lúcida e cede lugar ao controle absoluto exercido por figuras de liderança em relação aos pensamentos e atitudes do dominado que se deixa guiar por sua influência sem questionamentos de forma resignada.

Para Nietzsche (2008) o agir em rebanho representa a padronização das massas, tirando o que o homem pode ter de mais belo, o pensamento individual, crítico e autônomo substituído por um já estabelecido, o que priva o indivíduo da condição de ser pensante, fruto da construção e apropriação do saber.

A moral cristã veio para atribuir paradigmas separando o bem do mal, corrompendo os costumes e impondo condições, uma delas seria a busca incessante pela conquista do reino dos céus. Porém para herdar esse reino é preciso que o indivíduo se submeta aos padrões exigidos pela religião, uma vida de objeções, cheia de regras, renúncias, conflitos e ressentimentos.

Este padrão comportamental vai ao encontro da ideia de homem de massas de Hannah Arendt na obra *A condição humana*. É o indivíduo inserido no sistema totalitário, que nega a política e se apoia na massa, ou seja, pessoas que buscam referências prontas, optam por viver sob a condição de vítimas com suas mentes domesticadas que delegam poder a um líder ao qual prestam uma obediência cega, abrindo mão da visão crítica em relação aos acontecimentos vivenciados na sociedade.

Esta ideia se assemelha à mentalidade de rebanho de Nietzsche que representa a “moral do escravo”. Pessoas que se mostram incapazes de ampliar sua visão de mundo, por isso se deixam influenciar facilmente pela opinião dos outros, não assumem as consequências por seus atos, precisam agir conforme uma causa maior que possa conduzi-las como alguém que obedece a um plano maior elaborado externamente e ao qual elas se submetem passivamente acreditando que assim farão parte de um grupo que as libera da responsabilidade de pensar individualmente.

Segundo Nietzsche (2008) ao contrário do pensamento de rebanho, há o espírito aristocrático superior a qualquer outro. É objeto de ódio por ser dotado de inteligência para compreender mais as coisas do que qualquer outro ser mediano, ele é sagaz, impetuoso, possui sua própria legitimação.

Para Maquiavel (2009) o verdadeiro aristocrata possui uma virtude singular que o faz ser perspicaz no que diz respeito a lidar com a resolução de problemas. O espírito aristocrata possui verdadeiro desprezo pela idealização dos seres humanos, pois a maioria das pessoas se mostra geralmente fraca, medíocre e isto não condiz com a postura do homem cuja maior virtude é a coragem.

Nietzsche (2008) cria o termo Super-Homem para nomear um ser superior, o aristocrata, o termo origina-se do alemão *Übermensch*, é o modelo ideal para o avanço da humanidade, porém, quando ele fala em avanço ou progresso, não se refere ao governo, economia, indústria, refere-se aos avanços morais, no sentido de uma figura forte, dotada de inteligência, controle e disciplina, um ser livre da fragilidade, covardia e medo típicos da maioria das pessoas.

Este homem está para além de sentimentos fracos, como o amor, a dor, superstições ou qualquer outro tipo de sentimentalismo que impeça a construção de uma sociedade ideal. Essa sociedade só poderia ser construída com a junção do

homem ideal com outro homem que tivesse as mesmas qualidades dele, ou seja, outro super-homem.

Para Nietzsche (2008) o homem deve parar de se deixar limitar para entrar em um processo contínuo de superação. O uso da razão, a sede pelo poder (vontade de potência) e a transvalorização dos valores devem ser a marca do novo homem que assumiria seu papel na reformulação da política, sendo implacável em seus objetivos e destruiria a moral comum, para reconstruí-la com autonomia e perspicácia.

O homem se acha no meio de sua rota, entre animal e super-homem, e celebra seu caminho para a noite como a sua mais alta esperança; pois é o caminho para uma nova manhã./ Então aquele que declina abençoará a si mesmo por ser um que passa para lá; e o sol do seu conhecimento permanecerá no meio-dia/ 'Mortos estão todos os deuses: agora queremos que viva o Super-Homem. (NIETZSCHE, 2008, p. 76).

Nietzsche (2008) se empenhou em estudos e análises que combatem valores voltados para a moral cristã. Para ele o homem não deve se deixar engrandecer pelo espírito decadente que permeia o cristianismo com toda a sua doutrina normalizadora que afasta o homem de sua liberdade e da construção do seu próprio destino, deixando de ouvir a sua consciência moral para se submeter aos princípios normativos decadentes, que o impossibilitam de assumir seus instintos encobertos pelos dogmas e crenças.

O Super-Homem acima mencionado é fruto de uma metáfora elaborada por Nietzsche que confronta as variações do espírito humano e reflete a condição de liberdade e as diferentes modificações voltadas ao uso da consciência.

As três variações do espírito são representadas pelo camelo, o leão e a criança. O camelo por ter como objetivo a subsistência é obrigado a se alimentar, servir, estar pronto a todo instante para carregar fardos árdus nas costas e logo após irá ruminar para iniciar o ciclo novamente no dia seguinte.

A criança ao nascer está no mesmo estágio que o camelo, esperando para ser alimentada, tendo que assimilar e armazenar as orientações de seus mestres, sejam eles pais ou professores para em seguida digerir todo esse conhecimento cultural que lhe foi imposto, até conseguir construir a sua própria linha de raciocínio. Nessa perspectiva, percebe-se que a maior parte da humanidade ainda em pleno século XXI vive da mesma forma que o camelo, só assimilando, aceitando tudo que a sociedade impõe, digerindo e dando sequencia novamente ao mesmo processo.

Pouquíssimas pessoas conseguem passar pela travessia da fase do camelo para chegar ao leão, pois ele consegue ser mais petulante e não abaixa a cabeça somente para obedecer e dar ouvidos aos pensamentos alheios, ele busca o seu próprio conhecimento até moldá-lo da forma como ele mesmo quer. Rebelar-se contra o sistema é a marca desses grandes caçadores que estão à espreita, vigiando bem o comportamento de sua presa até dar o bote sempre fatal, tendo o privilégio de ser o líder, exercendo influência sobre os outros animais, como o camelo, enquanto as presas estão debaixo de cabrestos o leão está à sua espreita para devorá-las, tragando aqueles que são mais fracos do que ele. O problema do leão não conseguir atingir de fato a superioridade é porque se encontra preso ao ideal da mudança ao mesmo tempo em que se deixar desanimar pelo fato de que as pessoas ainda estão presas à fase do camelo e não conseguem perceber que possuem autonomia para conduzir suas vidas da maneira que for mais conveniente a elas. Desse modo, o leão enxerga a si mesmo como uma figura impetuosa, porém solitária na tarefa de devastar o comodismo vigente na vida da maioria esmagadora dos indivíduos.

Para conseguir alcançar o estágio de criança é necessário passar por todo um processo de lapidação, moldagem, mudança interior e renascimento. Viver intensamente sem malícias, desfrutando da real liberdade sem qualquer tipo de adestramento mental que impeça praticar suas vontades e satisfazê-las. A criança possui a ousadia e a coragem ainda não presentes no espírito de leão para operar mudanças na vida social. “Três transformações do espírito vos mencionei: como o espírito se transformava em camelo, e o camelo em leão, e o leão finalmente em criança.” (NIETZSCHE, 2008, p. 37)

A educação em Nietzsche (2008) tem a função primordial de tornar o homem livre da aceitação passiva do conhecimento científico, da moral vigente na sociedade que conforma o indivíduo às normas sociais e a burocracia racional.

Para o autor (2008) a cultura e a educação passaram por grande mercantilização e massificação virando uma espécie de indústria cultural, em que tudo está voltado para a padronização do pensamento. Nesse sentido, o ensino deveria ser desvinculado de qualquer interesse financeiro do Estado, de modo que não seja uma comercialização do saber ou a estagnação do processo de produção do conhecimento. É necessário pensar criticamente, que os indivíduos precisam

buscar a autonomia, sendo figuras reflexivas e problematizadoras, para que de fato ocorra a concretização do saber.

Esse pensamento se assemelha a sociedade de rebanho enraizada em conceitos estagnados, prontos e acabados, bem como em um pensamento igualitário. A metáfora usada pelo autor é incrivelmente aplicada ao século XXI, com toda a sua padronização ideológica e cultural.

Nessa mesma perspectiva para contradizer esse indivíduo adestrado, Nietzsche apresenta um modelo ideal para elevar a humanidade ao seu patamar mais extremo, o homem superior, é o aperfeiçoamento do homem dotado de qualidades inigualáveis e que não se massifica, nem se nivela ao meio cultural, o chamado Aristocrata.

O modelo educacional deveria se basear exatamente nas características deste homem, os próprios aristocratas se educariam por conta própria, elevando ao máximo a potencia de sua superioridade. A educação aristocrática incentiva o investimento nos talentos, na criatividade e na ousadia dos indivíduos.

A educação alemã para o autor se preocupa apenas com saberes desordenados e descontextualizados, o objetivo do Estado é debilitar a cultura para que tenha domínio pleno sobre os cidadãos. Por isso a necessidade da conquista da individualidade, para que não se perca o valor real da cultura e que seja feito o resgate da originalidade e do senso crítico de cada indivíduo.

O aristocrata deveria ter uma educação voltada para a busca da individualidade, da solidão e do destaque, tendo a autocrítica como elemento fundamental para a autosuperação, sendo assim, ela é restritiva, pois não é a maioria que consegue se encaixar nos requisitos para ser um autêntico aristocrata. Ser aristocrata refere-se a ser duro consigo mesmo, buscar o fortalecimento, a exigência e o autocontrole. Nessa perspectiva deve ser superado o medo de trazer à tona os conflitos internos, de se afastar da conveniência da vida social, medo do desconhecido, do diferente, da solidão e do silêncio da individualidade, pois é difícil estar só para o homem que durante todo o processo da história evolutiva obteve companhia, o medo enfim acaba distanciando o sujeito dele mesmo.

A massificação, coletividade de pensamento, o aprisionamento humano, são elementos que se confrontam com o modelo aristocrata proposto por Nietzsche por ser uma educação vulgar na qual o homem não possui domínio suficiente para

exercer as virtudes humanas e para manter um posicionamento singular frente ao mundo.

O modelo de educação aristocrática tem a intenção de fazer com que o indivíduo resgate seus valores individuais, seja moralmente superior, alcançando o controle de suas ações, deixando de ser domesticado pelo caminhar que acompanha o rebanho.

Caminhar com o rebanho impede o homem de descobrir sua vontade de potência, de se superar enquanto ser humano, controlando suas emoções, ações, pensamentos e forças, bem como sua determinação e autenticidade, para que não seja apenas um sujeito receptor condicionado ao que está pronto, afastando-se da construção de novos valores.

3. **Vida ativa em Hannah Arendt e a moral kantiana:** duas vias complementares diante do problema moderno da banalidade do mal

Para Hannah Arendt (2010) labor, trabalho e ação são conceitos imprescindíveis para a compreensão do que é necessário para o entendimento dos riscos presentes na formação de um indivíduo apartado da conscientização acerca do que representa a verdadeira política que jamais deveria se render aos apelos dos sistemas totalitários em detrimento da cidadania nascida no seio democrático, no qual as pessoas ganham a possibilidade de pensar de forma mais autônoma e menos ligada ao dever prestado às lideranças ditatoriais que roubam delas o direito de refletirem sobre as consequências negativas de suas ações.

A autora se espelha no pensamento de Aristóteles para realizar esta interpretação. Entende-se que a ação como a autora aborda é vinda desde Platão quando surge a definição de vida contemplativa que é justamente a vida baseada na valorização do uso da razão, do pensamento e da reflexão, deixando para um segundo plano a vida da ação ou vida ativa, enxergando como pejorativa. Em sua obra *A Política*, Aristóteles faz uma excelente análise a respeito do que seria a ação do plano da política, a cidadania não era estendida a todos, quando se fala em democracia na sociedade grega, refere-se a quem era considerado cidadão na época que não era toda a sociedade, mas apenas os homens especialmente ligados à elite, a aristocracia, as mulheres não possuíam esse poder mesmo em uma democracia, pois não eram consideradas cidadãs, não possuíam o direito ao voto,

os escravos da mesma forma, até porque na época não eram considerados simplesmente escravos e sim prisioneiros de guerra, os estrangeiros, todos esses estavam excluídos do poder, a democracia era bastante seletiva e apenas quem participava da política transformava a sociedade e a fazia evoluir.

A admiração de Hannah Arendt parte justamente da democracia direta grega que possui vantagens sobre a democracia de hoje que é representativa, com a participação direta dos eleitores acompanhando todo o processo, elaborando os projetos políticos e fazendo cobranças. A palavra democracia surge na Grécia Antiga: *demos* significa povo - apenas os homens que eram ligados à aristocracia e *cracia* vêm de *kratos* - governo, autoridade do povo. Sendo assim, a palavra na época fazia sentido, porque o povo, pelo menos quem era cidadão participava realmente, e hoje não, o povo participa apenas na hora do voto, tanto que o eleitor ou o cidadão comum não está na Câmara ou no Senado participando das tomadas de decisões, pelo contrário, tudo se restringe a quem detém o poder naquele momento.

A palavra democracia hoje perdeu completamente o sentido original, porque o povo participa minimamente de todo o processo, não pratica a política junto a quem vence a disputa. Então, a vida da ação ou a vida ativa é a de quem está dentro da política pertencendo a ela verdadeiramente no desenvolvimento da sociedade.

Segundo Aristóteles (1998, p. 63):

Ademais, não devemos, como alguns imaginam, restringir a vida ativa apenas às ações que terminam fora, nem aos projetos que nascem da ocasião. Ela abarca também as meditações que tratam dessas ações e desses projetos e que, além do contentamento que por si mesmo proporcionam, ainda tornam a execução mais perfeita. Jamais somos tão senhores de ação exterior do que quando ela foi precedida de exame e de reflexão; é assim que em arquitetura, o mérito das obras procede da profunda meditação sobre as plantas.

Já Platão (1996) valoriza o pensamento, da vida contemplativa, mais preocupada em pensar em uma sociedade ideal, em que as pessoas teriam funções determinadas. Em seu livro *A República* o modelo de sociedade para ele é totalmente distante do modelo de sociedade que estava sendo formada, distante da prática daquela vivência, dispersando totalmente a política concreta, uma proposta utópica que ainda ia ser realizada.

Conforme Platão (1996, p. 321):

Quanto à subida ao mundo superior e à visão do que lá se encontra, se a tomares como a ascensão da alma ao mundo inteligível, não ilidirás a minha expectativa, já que é teu desejo conhecê-la. O Deus sabe se ela é verdadeira. Pois, segundo entendo, no limite do cognoscível é que se avista, a custo, a ideia do Bem; e, uma vez avistada, compreende-se que ela é para todos a causa de quanto há de justo e belo; que, no mundo visível, foi ela que criou a luz, da qual é senhora; e que, no mundo inteligível, é ela a senhora da verdade e da inteligência, e que é preciso vê-la para se ser sensato na vida particular e pública.

Para Aristóteles (1998) é necessário partir da ideia da sociedade concreta, não desprezando totalmente a democracia já implantada. Para ele a vida democrática é importante para o exercício da liberdade humana.

Hannah Arendt (2010) na esteira de Aristóteles define a ação ou vida ativa como a do indivíduo que realiza sua existência por meio da liberdade, que participa ativamente da política. O homem para ser de fato considerado homem deve viver em sociedade e a única maneira de tornar a vida social possível é através da política, fazendo parte e contribuindo para os desdobramentos da vida pública tornando a sociedade melhor.

Já o labor está no plano da vida animal, do que se precisa para a sobrevivência, a alimentação, a busca de segurança, tudo o que permite a integridade física. A comparação que a autora faz ao animal é justamente porque ele busca apenas a sua manutenção biológica, no plano do labor, os homens e os animais não diferem. Ao longo da evolução da espécie os humanos sempre buscaram segurança, andar em bando ajudava a escapar dos predadores. A vida nas cavernas também ajudava na proteção, tanto da fúria da natureza quanto em relação à procriação.

Os homens diferem dos animais na questão do trabalho, porém o conceito de trabalho apresentado pela autora não se refere ao pensamento do senso comum enquanto mão de obra, o conceito de trabalho para ela é bem mais amplo, seria o plano da liberdade, justamente quando o homem deixa a natureza para construir a vida em sociedade, por isso em sua obra fala de bens duráveis, o produto do labor não é durável, como os alimentos que são perecíveis e exigem uma busca constante por maiores quantidades.

Já as instituições sociais são duráveis, um exemplo seria o Estado, que existe desde a época dos gregos, claro que era em outro formato ligado à aristocracia, mas o conceito existe a milênios, para gerenciar a vida em sociedade.

Outro exemplo se refere às ciências, a política e de certa forma a religião, são instituições que percorrem séculos desde quando a humanidade começou a se organizar socialmente e estão aí até hoje. Até porque sem essas instâncias o homem voltaria ao seu estado natural, em que a vida era restrita apenas às necessidades biológicas. É nesse aspecto que a autora fala que o trabalho separa o homem da natureza.

Em relação a esta ideia afirma Arendt (2010, p. 109).

A característica comum ao processo biológico do homem e ao processo de crescimento e declínio do mundo é que ambos fazem parte do movimento cíclico da natureza, sendo cíclico, esse movimento é infinitamente repetitivo, todas as atividades humanas provocadas pela necessidade de fazer face a esses processos estão vinculadas aos ciclos recorrentes da natureza, e não tem, em si, qualquer começo ou fim propriamente dito. Ao contrário do processo de trabalhar, que termina quando o objeto está acabado, pronto para ser acrescentado ao mundo comum das coisas, o processo do labor move-se sempre no mesmo círculo prescrito pelo processo biológico do organismo vivo, e o fim das fadigas e penas só advém com a morte desse organismo.

A vida verdadeiramente humana requer ir além da moradia, da alimentação, é justamente a ação política consciente, a participação de todos para a transformação da sociedade, tendo necessidades artificiais, que estão ligadas às leis, a política, a moral e outras instâncias. A existência social legítima permite que os indivíduos cultivem a autonomia reflexiva e sejam parte integrante de um sistema de contínuo debate e participação política, não simplesmente a mera obediência cega prestada a um determinado regime que restringe liberdades.

As ideologias dominantes fazem prevalecer valores em nome de um bem comum. A sociedade padronizada acaba sendo sinônimo de ameaça, pois o pensamento igualitário luta por um objetivo comum, sempre com uma liderança exercendo o poder e os demais sendo comandados, andando em bando e recebendo adestramento suficiente para serem manipulados. Para quem goza de autoridade quanto mais poder detém mais a força é desencadeada, atingindo o exercício de manipulação contínua.

Na obra *Leviatã* (1979) Thomas Hobbes afirma que: “o homem é o lobo do homem”, neste sentido ele faz a comparação com o meio natural, a visão do homem como um animal selvagem que usa seus mecanismos de defesa para a obtenção da caça, com toda selvageria possível e imaginável para saciá-la, de forma que ele

acumule ou guarde energia para lidar com a presa. Nós também somos capazes de cometer grandes atrocidades e barbaridades contra os que representam alguma ameaça e esta é a prova de que o lobo continua adormecido no suposto homem civilizado.

Nessa perspectiva somos capazes de entender o Holocausto e seus atos de extrema crueldade. Estranho pensar que até a experiência do Holocausto trouxe contribuições para a educação, já que parte de um episódio fatídico, mas até o trágico contribui para a sobrevivência.

Conforme Hannah Arendt (2010) é necessário compreender a banalidade do mal baseada em uma educação de valores ou educação moral, a fim de tornar possível pensar sobre a vida em sociedade mesmo que os indivíduos que a constituem sejam movidos pelo egoísmo e pela crueldade. Para iniciarmos, a base dessa discussão se pauta na relação entre pensamento e juízo, na visão de Arendt (2010), a incapacidade de pensar oferece um ambiente privilegiado para o fracasso moral, sendo assim, a capacidade de pensamento leva ao rompimento com o mundo, estar fora dele, ou seja, não cometer atitudes que provavelmente seriam realizadas se contássemos apenas com o plano da ação, sem usarmos o pensamento com amplitude para a tomada de decisão. Com isso vem novamente à tona a discussão referente ao livro *Eichmann em Jerusalém*: se temos a opção de recorrer ao pensamento, o mal seria evitado, mas como Eichmann não potencializou o seu pensamento, a consequência disso é o fracasso moral.

Sendo assim, o Nazismo representa a passividade de pensamento, a negatização da educação moral e o rompimento entre igualdade, solidariedade, justiça e tolerância.

O pensamento de acordo com a autora (2010) garante a autonomia no âmbito do pensar, permite conquistar uma educação que se relaciona às virtudes humanas, comprometida com o respeito e com a prática dos valores moral.

Para o filósofo alemão Immanuel Kant em sua obra *Fundamentação da metafísica dos costumes* a lei moral é representada pelo imperativo categórico. É dever do indivíduo agir conforme uma lei moral que é formulada pela própria razão humana, a vontade autônoma.

Em conformidade com Kant (1997, p. 35):

Poder tu querer também que a tua máxima se converta em lei universal? Se não podes, então deves refeitá-la, e não por causa de qualquer prejuízo que dela pudesse resultar para ti ou para os outros, mas porque ela não pode caber como princípio numa possível legislação universal. A razão exige-me respeito por uma tal legislação, da qual em verdade presentemente não vejo em que se funde (problema que o filósofo pode investigar), mas de que pelo menos compreendo que é uma apreciação do valor que de longe ultrapassa o de tudo aquilo que a inclinação louva, e que a necessidade das minhas acções por puro respeito à lei prática é o que constitui o dever, perante o qual tem de ceder qualquer outro motivo, porque ele é a condição de uma vontade boa em si, cujo valor é superior a tudo.

Ele é exposto em três formulações: 1ª) como lei universal, ou seja, tudo o que o sujeito desejar fazer só pode ser considerado moral se for possível assumir o carácter universal da acção. 2ª) Tomando os seres humanos como um fim em si mesmo: as pessoas devem ser respeitadas por fazerem parte da humanidade e jamais podem ser enxergadas como objetos ou desumanizadas. 3ª) A vontade capaz de agir moralmente é autônoma por obedecer a um dever imposto a si mesma, que não vem do exterior, ou seja, de outra vontade. A vontade moral por ser livre não presta obediência a nenhuma liderança, não admite se conformar com a condição de mentalidade de rebanho vinculada à chamada vontade heterônoma.

Segundo Kant (1999, p. 45):

A *autonomia* da vontade é o único princípio de todas as leis morais e dos deveres a elas conformes; pelo contrário, toda a *heteronomia* do livre arbítrio não só não funda nenhuma obrigação, mas opõe-se antes ao princípio da mesma e à moralidade da vontade. Com efeito, na independência a respeito de toda a matéria da lei (isto é, de um objeto desejado) e, ao mesmo tempo, na determinação do livre arbítrio pela simples forma legisladora universal, de que uma máxima deve ser capaz, é que consiste o princípio único da moralidade. Mas essa *independência* é a *liberdade* em sentido *negativo*, e esta *legislação própria* da razão pura e, como tal, prática é a liberdade em sentido *positivo*. Por conseguinte, a lei moral nada mais exprime do que a *autonomia* da razão pura prática, isto é da liberdade e esta é mesmo a condição formal de todas as máximas, sob a qual unicamente elas podem harmonizar-se com a lei prática suprema.

A vontade autônoma é livre porque surge do próprio sujeito através da sua racionalidade, que calcula quais as possibilidades de uma lei ser considerada moral baseada no princípio da universalidade, ou seja, no cálculos das consequências de uma acção que possa vir a ter validade universal.

Já no caso da heteronomia da vontade esta segue leis que não foram criadas por ela, neste caso sempre existe um interesse envolvido e a vontade não é livre porque não criou a lei a qual vai obedecer e porque cumpre regras apenas porque pode satisfazer os seus interesses e alcançar determinados objetivos.

Como exemplo disso é possível citar a mentira: alguém que mente para beneficiar a si mesmo não deve querer que esta ação seja considerada moral, pois a mentira faz com que as pessoas percam a confiança umas nas outras, o que acarreta consequências negativas para a vida em sociedade que necessita da credibilidade para se sustentar.

É possível estabelecer um vínculo entre a visão de Kant e a discussão de Hannah Arendt sobre o comportamento de Eichmann em seu julgamento. Este homem não agiu por dever nos moldes kantianos pelo fato de seguir uma ordem externa à sua própria vontade. É por essa razão que o que ele fez não pode ser considerado moral, pelo fato de seguir ordens, não agia por si só, apenas prestava obediência a uma lei que não era a criação dele.

Outra atitude dos nazistas que fere o princípio do imperativo categórico diz respeito a tratar os seres humanos como um fim em si mesmo e não como meio, ou seja, nenhuma vida humana pode ser um meio para atingir um determinado objetivo, neste caso a vida dos judeus era meio para atingir o objetivo maior da purificação da raça, a exaltação dos arianos, para Kant não é considerado um ato considerado moral por considerar os judeus como não humanos, por essa razão as atitudes dos colaboradores do nazismo jamais poderiam ser universalizadas.

De acordo com Kant (1999, p. 103):

O homem é certamente assás santo, mas a *humanidade* deve para ele ser santa na sua pessoa. Em toda a criação, tudo o que se quiser e sobre que se tem algum poder pode também utilizar-se *simplesmente como meio*; unicamente o homem e, com ele, toda a criatura racional é *fim em si mesmo*. Ele é efetivamente o sujeito da lei moral que é santa, em virtude da autonomia da sua liberdade. Justamente por causa desta, toda a vontade, mesmo a vontade própria de cada pessoa e dirigida para si própria, está restringida à condição de um acordo com a *autonomia* do ser racional, isto é, de não a submeter a objetivo algum que não seja possível segundo uma lei que possa brotar da vontade do sujeito simplesmente como meio, mas ao mesmo tempo também como fim.

A educação moral é justamente a que leva os indivíduos a agirem de acordo com o imperativo categórico, uma educação que se preocupa em formar seres humanos menos egoístas, que não estão preocupados em fazer o bem apenas pensando nos resultados individuais. É importante formar pessoas que não obedecem a regras de forma cega, sem pensar nas consequências que essa obediência pode acarretar.

De acordo com Kant (1999) a educação moral leva as pessoas a questionar regras impostas externamente que fazem com que suas vontades não sejam livres. Faz com que elas não obedeçam às regras externas, uma educação que forma sujeitos mais responsáveis, pessoas que têm consciência de que elas sempre vão ter que responder por suas atitudes e não simplesmente dizer que fizeram alguma coisa porque um sistema maior as obrigou, mas assumir, responder pelos seus atos e não jogar essa responsabilidade nos ombros do governo ou do sistema. A educação kantiana pretende formar pessoas mais humanas dispostas a respeitar mais os seus semelhantes.

Além da valorização da educação moral para Kant (1999) é fundamental que o homem alcance o esclarecimento como superação da menoridade intelectual, (como alguém que necessita o tempo todo de tutores para ser orientando, guiado, uma relação de dependência). É necessário obter seu próprio conhecimento, superar a ignorância e passar a pensar por conta própria sem seguir um rebanho que segue as determinações de uma liderança.

Alguém que supera a banalidade e alcança o amadurecimento humano, se afastando da preguiça e da covardia para construir seu conhecimento, agir de acordo com sua vontade, conforme o próprio Kant (1999) diz deve se atrever a conhecer.

O sujeito emancipado é alguém moralmente livre que conquistou a autonomia da vontade e a liberdade intelectual, caminha por si mesmo como quem cultiva o espírito aristocrático.

Considerações Finais

Definitivamente o mundo não está isento de mergulhar na banalização do mal nos moldes discutidos por Hannah Arendt. A burocracia moderna analisada por Max Weber tomou proporções ainda mais avassaladoras do que na metade do século passado. A exigência da eficácia e a racionalização da vida tomaram na atualidade proporções assombrosas. A competência, a agilidade e a competição no meio laboral estão acima de qualquer consideração ética. O colaborador não competitivo que melhor alcançar a meta imposta por seus supervisores é promovido e invejado independente dos meios utilizados para a realização da finalidade almejada. Um profissional ético, mas sem grandes ambições, solidário com seus pares, demasiado

humano, não possui a menor chance de durar na arena da modernidade em que as pessoas são levadas a verem umas às outras como concorrentes na direção da conquista de uma vida bem sucedida onde não há espaço para os fracos ou para qualquer traço de inferioridade.

Por isso é fundamental e urgente pensar uma educação não apenas técnica, burocrática, mas acima de tudo moral, pautada na formação de alunos responsáveis, críticos, participativos e conscientes da importância da alteridade. A escola emancipadora nutre verdadeiros espíritos livres, sem aprisionamento às padronizações impostas por regimes políticos autoritários ou falsas democracias alienadoras de seus cidadãos. É preciso educar para a autenticidade, audácia, questionamento, crítica, de modo a combater a obediência cega aos meios de produção ou aos comandos dos líderes da política seja ela qual for. A educação deve valorizar a vida ativa e a moral permitir que as pessoas conheçam a verdadeira política, os riscos da adoção de medidas extremistas e o valor de ver o outro como parte da humanidade da qual cada um de nós faz parte. Só assim a banalização do mal e os tempos sombrios poderão ceder espaço para a formação de seres que não se deixam seduzir pela racionalização do desejo de eliminar os que não parecem se encaixar na meta moderna do extermínio do que parece ser imperfeito, ineficiente e incapaz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDR, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo; revisão técnica: Adriano Correia. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, P. **Poder Simbólico**. São Paulo: Loyola, 2008.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

KANT, I. **Crítica da Razão Prática**. Lisboa: Edições 70, 1999.

_____. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Lisboa: Edições 70, 1997.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A Gaia Ciência**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

PLATÃO. **A República**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1996.